

Projeta-se mudança no SFH

O ministro Delfim Netto disse ontem que pediu ao Ministério do Interior que estude a possibilidade de o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) passar a corrigir as prestações da casa própria tendo por base o INPC, e não mais a ORTN, como ocorre atualmente. A idéia é criar uma compensação para a mudança nos reajustes salariais.

O deputado Alceu Collares, do PMDB, havia sugerido medida semelhante (corrigir as prestações na mesma proporção dos aluguéis, ou seja, 95% do INPC) no mês passado, mas o governo respondeu dizendo que tal medida inviabilizaria o SFH. Se a medida vier a ser adotada, os depositantes das caderetas de poupança (cujos recursos formam o SFH) também passarão a ter rendimentos corrigidos pelo INPC, e não pela correção monetária.

"Eu coloquei ao ministro do Interior, Mário Andreazza, a possibilidade de se ajustar o SFH ao INPC, e isso está sendo estudado. Isso é uma simples possibilidade, por enquanto. Não tem nenhum estudo pronto. De fato, o Andreazza já vinha estudando algumas alternativas, e essa é, simplesmente, mais uma", disse Delfim.

Segundo o ministro, os depositantes de caderetas de poupança não terão prejuízo. "De forma nenhuma", disse. Mas observou: "Só se pode, contudo, fazer um sistema desses absolutamente coerente, logo, tem-se de ajustar as duas coisas. A vantagem de um sistema como esse é que realmente os diferenciais (entre o INPC e ORTN) diminuiriam a curto prazo. A longo prazo, esses índices convergirão para um mesmo número. Mas essa (a mudança) é uma simples possibilidade. Eu gostaria de deixar isso claro", afirmou.

Após observar que "infelizmente" esta providência não significa um início de "desindexação" da economia, Delfim reconheceu que o governo tem de tomar "algumas providências" para que alguns pô-

tos do círculo vicioso da indexação sejam cortados.

E, sobre a manifestação do ex-ministro Karlos Rischbieter, para quem a mudança por decreto-lei nos salários mais uma vez comprovou o autoritarismo do governo, Delfim respondeu: "O governo usou as atribuições da Constituição. Se aplicar a Constituição é ser autoritário, é preciso levar a definição de autoritarismo muito longe".

(AG)